

Governo fixa novo

Política

Jornal de Brasília • 3

prazo para orçamento

Givaldo Barbosa

A ministra Zélia Cardoso de Mello informou ontem por telefone a um deputado e um senador, que até a próxima semana será possível esperar a aprovação das verbas suplementares do orçamento da União sem que seja necessário assinar medida provisória. Ontem, com a obstrução do PT e do PDT, o Congresso Nacional adiou mais uma vez a votação da revisão do orçamento de 1990. Aprovou apenas uma pequena parcela — Cr\$ 1.598.225.000,00 — do total de Cr\$ 591.011.842.900,00, previstos pelo governo.

Durante a sessão, alguns parlamentares consultaram a ministra, por telefone, sobre a votação da revisão de orçamento, e ficaram convictos de que o atraso não representará problemas adicionais para a execução dos programas de governo. Além de serem informados de que o governo vai esperar um pouco mais antes de assinar medida provisória, saíram da conversa com a impressão de que o adiamento é bem visto pelas autoridades do Ministério da Economia porque favorece o controle da inflação.

Os órgãos de governo que trabalham com atividades-fim estão sofrendo mais, sem dinheiro, analisam os parlamentares que falaram com a ministra. A verba adicional no valor de Cr\$ 1.598.225.000,00, aprovada ontem, será destinada a execução de projetos do INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), do Ministério da Justiça. Este era o primeiro projeto do pacote do orçamento incluído na pauta de votações de ontem, e sua aprovação se deu quase que por acaso.

Prioridades

Impedindo a votação desde o início, o PT, através do líder Gumerindo Milhomen (SP), e o PDT, liderado em plenário pelo deputado

Miro Teixeira (RJ) tentaram argumentar com os demais partidos que há outros assuntos a serem votados antes da revisão orçamentária. Entre as prioridades, elegeram a lei salarial, que já está na quarta reedição da medida provisória sem que até agora o Congresso a tenha votado. Os dois partidos resolveram, então, pedir verificação de quórum, mas foram convencidos pelo senador Nelson Carneiro, presidente do Congresso, que poderiam aprovar o projeto por voto simbólico, de lideranças, que em seguida ele pediria a votação nominal. A aprovação, por voto simbólico, foi unânime. Com isso, ficou descartada a votação nominal, o que provocou tumulto e gritos em plenário. "O presidente quer nos passar uma rasteira", acusou Milhomen, referindo-se a Nelson Carneiro. A favor da votação desse projeto e dos demais que compõem o pacote do orçamento, o deputado Luis Henrique (PMDB-SC) fez um apelo ao plenário, mostrando que também o Congresso foi afetado pela falta de verbas.

Apesar da tentativa de obstrução dos partidos de esquerda, esse projeto ficou aprovado. Mas quando o presidente passou a votação dos demais recursos, em valores bem mais elevados, os partidos de esquerda pediram logo a votação nominal e havia apenas 153 parlamentares em plenário, número insuficiente para aprovar qualquer projeto.

"Não há porque fazer greve contra o orçamento", reclamou o vice-líder do governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), que na véspera havia feito uma avaliação com o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, e tinham concluído que a revisão orçamentária seria aprovada. Em sua opinião, as exigên-

cias do PT e PDT são descabidas, principalmente agora, quando os parlamentares estão acompanhando o fim das apurações e não podem vir a Brasília. Mesmo assim, a liderança fará um apelo aos partidos que apoiam o governo para que, na próxima semana, todos estejam em plenário votando o orçamento.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, estava irritado com a atitude do PT e PDT que, embora concordando que a revisão orçamentária é necessária — pois toda a administração pública está sem verbas, não podendo dispor do dinheiro recolhido aos cofres públicos — condiciona sua aprovação por voto de liderança à votação de matérias — como o veto presidencial à lei de custeio e benefícios da Previdência — que ainda estão em tramitação. "Todo entendimento se faz em torno de projetos que são submetidos juntos à votação — disse — e não de votações futuras, "Para ele o PT faz isso de propósito, para desgastar a instituição.

□ O presidente da República em exercício, Itamar Franco, não vai assinar medida provisória para implantar a revisão orçamentária. Ontem à tarde, ele conversou, por telefone, com o presidente do Senado, Nelson Carneiro, que lhe confirmou a possibilidade de o orçamento ser votado pelo Legislativo na próxima terça-feira. A informação foi transmitida pelo porta-voz da vice-presidência da República Emerson Sousa. Também, por telefone, Itamar conversou com o líder do Governo no Senado, José Inácio, com o presidente da Câmara, Paes de Andrade e com o senador Albano Franco (PRN-SE). Fez ainda uma ligação para o deputado Gastone Righi (PTB-SP), que está internado no hospital Santa Lúcia em Brasília.